

RETROSPECTIVA HISTÓRICA DO ENSINO SUPERIOR NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Marília do Vale Góis Pacheco de Medeiros¹
Jennifer Juliana Barreto Bezerra Costa²

RESUMO

A expansão do Ensino Superior (ES) no Brasil tem sido um importante aspecto no desenvolvimento do país, tanto cultural quanto economicamente. Não obstante, mesmo com a ampliação do acesso a esse nível de ensino, nem metade dos jovens brasileiros têm a experiência do ES. Em 2022, as Universidades ainda compõem, majoritariamente, um ideário elitista, que se vincula ao processo histórico de surgimento e desenvolvimento das Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil. Nesse sentido, objetivamos fazer um breve levantamento da história das IES no Brasil, concentrando-nos na evolução deste nível de ensino desde sua chegada ao país até o final do século XX. Através de pesquisa bibliográfica, realizamos a construção desse arcabouço teórico o qual nos permitiu elaborar e entender o progresso das IES na história brasileira. Podemos reconhecer que as Universidades ainda são o símbolo maior da intelectualidade de muitos dos espaços geográficos os quais ocupam e que as faculdades, especialmente, aquelas privadas, tiveram um papel ímpar na capilaridade e avanço do acesso ao ES no país. Hoje, capilarizada e pluralizada pelos espaços e sujeitos que ocupam o ambiente universitário, a realidade do ES no Brasil ainda está distante daquela vivida em muitos países desenvolvidos, mas, ao mesmo tempo, constrói, ao longo da história, uma identidade que apesar de também guiada por grandes interesses econômicos e culturais internacionais, é peculiar, forte e única.

Palavras-chave: Ensino Superior, Educação Brasileira, História da Educação.

INTRODUÇÃO

Em 1998, a Unesco organizou a Conferência Mundial de Ensino Superior (ES) e afirmou que para que haja desenvolvimento genuíno, as nações precisam investir nas instituições de ensino superior e pesquisa (BARBALHO; CASTRO, 2010). Atrela-se, portanto, na virada do milênio, a ampla ideia de desenvolvimento com a necessidade de investimento e passagem da população dos países que desejam esse desenvolvimento pelas instituições de ensino superior.

Saber para onde seguir, como se desenvolver através desse ensino superior implica, necessariamente, na compreensão de como esse ensino superior vem se

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

estruturando, como ele vem se relacionando com os poderes governamentais e o movimento da população ao longo dos anos.

Nesse sentido buscamos fazer uma breve retrospectiva histórica do Ensino Superior no Brasil, desde sua chegada com a corte portuguesa, até o final do século XX, quando os países em reunião na referida conferência da Unesco, apontaram a importância do ES para o desenvolvimento pleno das nações.

Veremos que a história na educação do Brasil é atrelada à história da educação pelo trabalho e para o trabalho; a história da educação superior é vinculada à presença das elites, do poder; e que quando as iniciativas autônomas de realização de novas formas de organização do ES surgiram, essas foram, de uma forma ou de outra, cobertas pelo poder dos governos de cada época em que essas iniciativas foram surgindo. Trataremos, ainda, das importantes reformas estruturais do ES que aconteceram ao longo dos governos ditatoriais, bem como dos resultados de investimentos e expansões nas IES e dos movimentos estudantis e docentes para reorganização de um ES com mais identidade da nossa história local.

ENSINO SUPERIOR NO BRASIL ANTES DAS UNIVERSIDADES

O que conhecemos das raízes históricas da educação brasileira traz muito mais elementos das ações, perspectivas e estruturas da Europa do que daquelas dos povos originários. Na chegada dos portugueses ao Brasil, no século XVI, a Europa já vivia a experiência universitária em seu território (BERTOLANZA, 2017), não obstante, entre os muitos objetivos e ideais colonizadores, não estava a ideia de se espelhar em terras tropicais os mesmos processos educativos vividos na Europa. Para a colônia brasileira, a educação ocupava um espaço caro em um projeto de sociedade colonial muito claro: “Disciplinar pelo trabalho e para o trabalho. [Essa foi], pois, a forma didática moderna de formação do homem e de modificação do mundo que os primeiros educadores brasileiros [...] adotaram.” (NAGEL, 2009, p. 192).

Essa estruturação educativa permitia a construção de uma sociedade e de ser humano que estavam diretamente ligados ao princípio do trabalho como base da sociedade burguesa (NAGEL, 2009). Estreitamente vinculada à religião, essa forma de educar fazia funcionar a “roldana do engenho da riqueza” do reinado português; e, aos poucos, concedia ao continente europeu (juntamente com outros processos colonizadores ao redor do mundo) os pilares fundamentais da lógica colonizadora, a qual não chegava apenas aos corpos, mas também ao âmago dos seres.

Nesse sentido, logo no início da colonização portuguesa, educar-se pelo trabalho e para o trabalho, na dinâmica religiosa, servia, finalmente, para salvar o espírito das amarguras do anunciado inferno. Ousamos dizer que essas são raízes profundas as quais ainda expressam suas memórias em nossas práticas atuais. No ideário brasileiro cotidiano, é forte a ligação entre a vivência do estudo em instituições de escolarização formal e o acesso ao trabalho formalizado. Ao mesmo tempo, o estudo que dá acesso ao trabalho, ou como dito na expressão popular, “estudar para ser alguém na vida”, acaba sendo sinônimo de escapar das “chamas” da marginalização social e do “inferno” da pobreza.

Esse Brasil colonial, pensado e projetado para servir à coroa portuguesa, viu nascer em seu território as suas primeiras Instituições de Ensino Superior (IES) apenas em 1808. Nessa data, as universidades já existiam há quase 8 séculos na Europa; os europeus já estavam em território brasileiro há mais de 300 anos; e pedidos para a criação de universidades já vinham sendo feitos há mais de 2 séculos, tanto por grupos ligados à origem europeia, como os jesuítas, ainda no século XVI, quanto por grupos de origem local, como os incondentes, já no século XVIII (BERTOLANZA, 2017; NOVAES; MEDEIROS; SILVA, 2018; DURHAM, 2003).

O surgimento das IES em território brasileiro em 1808 aconteceu em decorrência da vinda da família real portuguesa, que fugia das ameaças de invasão do império napoleônico. Logo no mesmo ano da chegada do rei português foram criadas escolas de educação superior nas áreas de medicina e engenharia; alguns anos mais na frente, escolas também na área do direito (DURHAM, 2003). O interesse nessa forma de organização do ensino estava vinculado às necessidades em suprir a carência de profissionais para assumirem as funções no aparelho do Estado, sendo os cursos restritos apenas à elite portuguesa que desembarcou na colônia junto com o Rei em 1808 (NOVAES; MEDEIROS; SILVA, 2018).

Diferentemente de outras colônias espanholas, por exemplo, as IES brasileiras foram influenciadas, mas não coordenadas pela Igreja Católica. O monopólio era da coroa e permaneceu estatal por algum tempo, mesmo após a proclamação da República (NOVAES; MEDEIROS; SILVA, 2018).

Com a chegada da República, aos poucos, a sociedade brasileira passou a se modernizar e conectar, de maneira independente e mais autônoma, com as grandes mudanças globais, abrindo-se para uma expansão de ideias e de estrutura. No que diz respeito à Educação Superior, houve uma descentralização do Estado, permitindo com que instituições privadas adentrassem na composição desse nível de ensino. O

crescimento foi significativo. Entre 1889 e 1918, foram criadas 56 novas escolas superiores no Brasil, sendo a sua maioria de iniciativa privada (DURHAM, 2003).

Nesse processo, a Constituição de 1891, a primeira carta magna republicana do Brasil, permitia a criação, pelo congresso nacional, de IES públicas, nas esferas federal, municipal e estadual, ou da iniciativa privada, incluindo aquelas de cunho confessional (NOVAES; MEDEIROS; SILVA, 2018). Isso abriu portas para as necessidades e aspirações governamentais e populacionais na jovem república latino-americana, que há muito já possuía anseios e estruturas de base para promover educação de nível superior no país, não apenas em moldes de grandes escolas e faculdades, mas também em formatos mais robustos, como os das universidades.

SURGIMENTO DAS PRIMEIRAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Antes mesmo que essa universidade institucionalizada governamentalmente nascesse no país, em 1912, distante dos pólos de colonização tradicionais, como Salvador, Recife e Rio de Janeiro, foi fundada em 19 de dezembro, em Curitiba, a Universidade do Paraná (UP) (GLASER, 1988). Atualmente, é a Universidade Federal do Paraná (UFPR), e se auto intitula como a primeira universidade brasileira.

Segundo dados da própria UFPR, a criação da instituição já era uma ambição desde 1892, mas a instabilidade política da Revolução Federalista, que surgia na região Sul no mesmo período, impediu que os planos universitários fossem adiante. Não obstante, em 1912, no aniversário da emancipação política do Estado do Paraná (19 de dezembro), um grupo liderado por Vítor Ferreira do Amaral e Silva, deu início à Universidade do Paraná, em sessão solene no Palácio do Congresso Legislativo do Estado. As aulas iniciaram apenas em março de 1913, com pouco menos de 100 alunos e quase 30 professores, em instalações provisórias (GLASER, 1988).

O reconhecimento dessa iniciativa universitária veio pelo Governo do Estado, por força de lei. Os cursos ofertados inicialmente eram os seguintes: ciências jurídicas e sociais, engenharia civil, medicina e cirurgia, farmácia, odontologia e obstetrícia. Esses cursos, apesar de ainda permanecerem próximos às primeiras formações disponíveis no Brasil (direito, medicina e engenharia), já traziam uma variedade que respondia ao progresso econômico e social proveniente do próspero período do comércio paranaense.

De acordo com Glaser (1988), mesmo nesse cenário local, o desenvolvimento da UP foi interrompido pelo Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915, o qual reorganizava o ensino e o superior na República. Ele impedia o funcionamento de escolas superiores

oficiais em cidades com menos de 100 mil habitantes; como era o caso de Curitiba, cuja população na época não chegava aos 70 mil habitantes. Dessa forma, a UP organizou-se em faculdades de engenharia, direito e medicina, para continuar existindo.

Foi apenas em 1946 que o governo federal concedeu à UP todos os direitos de universidade livre equiparada, surgindo, novamente, como uma universidade brasileira. Depois desse reconhecimento, as lutas foram em busca da federalização da instituição, que passou a ser considerada unidade integrante das universidades federalizadas em 4 de dezembro de 1950, (re)surgindo como Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Até o retorno da instituição paranaense ao grau de universidade, surgiu, oficialmente, a primeira universidade pública brasileira, no Rio de Janeiro. O mesmo decreto nº 11.530, de 1915, que acabou implicando na reestruturação da UP, também permitia que o governo federal “reunisse em universidade” as escolas e faculdades livres do Rio de Janeiro, as quais já eram de sua competência (PAULA, 2002).

O decreto dizia que o governo federal faria a criação da universidade no Rio de Janeiro quando achasse oportuno, e a oportunidade só se mostrou conveniente para o Estado 5 anos depois. Segundo Paula (2002) e Oliveira [s.d.], a Universidade do Rio de Janeiro (URJ) foi criada por meio do decreto nº 14.343 de 7 de setembro de 1920, a partir da união das três escolas criadas ainda no século passado: a Escola de Engenharia, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito. De fato, juntas, apesar de formarem uma universidade na letra da lei, não estabeleciam relações e trocas de saberes entre si, como o que é esperado para uma instituição universitária (OLIVEIRA, s.d).

A demora para a criação da universidade por parte do governo central brasileiro pode ter origem nas influências francesas sobre a corte portuguesa e, conseqüentemente, sobre a elite local que se formou no Rio de Janeiro entre os séculos XIX e XX. Essa influência trazia muitas das ideias reformistas napoleônicas, as quais buscavam construir uma educação superior voltada para a profissionalização, estruturada em escolas superiores autárquicas não unificadas em centros universitários.

Com o passar do tempo, as transformações e influências nacionais e globais construíram o cenário para o surgimento da universidade estatal brasileira. É provável que o motivo para esse surgimento tenha vindo mais precisamente da Bélgica, a partir da visita do Rei Alberto I no dia da comemoração do primeiro centenário da independência do Brasil, a quem foi concedido o título de doutor honoris causa por essa instituição (PAULA, 2002).

Depois de ter negado pedidos, barrado iniciativas, postergado estruturas, o governo do Brasil (agora já republicano), finalmente, estabelece a criação de uma universidade brasileira e pública, no simbólico dia da independência do país, e com o poder que vem dela, homenageia um rei europeu. No mínimo, o surgimento da universidade no Brasil foi forjado em um contexto curioso para uma nação cujas raízes são marcadas de maneira tão intensa pela colonização.

MARCOS DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO NO SÉCULO XX

A década de 1920 foi marcada pelo surgimento de escolas de ensino superior descentralizadas e abertas às iniciativas pública e privada (DURHAM, 2003). Ao mesmo tempo, a década de 1920 foi mundialmente conhecida como um período de explosão cultural. No Brasil, também foi um período de avanços, não apenas no que diz respeito à modernização econômica e urbanização, mas também na expressão e elaboração do que se desejava para a sociedade brasileira.

Nesse sentido, Durham (2003) explica que alguns grupos de cientistas propunham também a concepção de universidades que não seguissem, simplesmente, a lógica da formação de instituições de ensino pragmáticas, mas que também pudessem ser centros nos quais o saber desinteressado tivesse lugar. Propunha-se uma ampla reforma do ensino superior e inserção de espaço para pesquisa e desenvolvimento das ciências básicas. Já traziam, assim, influências alemãs, italianas e norte-americanas sobre as formas de organizar a universidade. Mantinha-se ainda a defesa de um sistema público e não confessional.

Na década de 1930, começam a surgir, de fato, IES que nascem como universidades. É nessa década que é fundada a Universidade de São Paulo (USP), em 1934, que nasce envolta de projetos e concepções também vinculados a uma elite confiante na ideia de que “[...] só a elite devidamente esclarecida e formada teria condições de propor um projeto para a nacionalidade que estivesse acima dos interesses partidários” (PAULA, 2002, p. 149).

Nesse processo de surgimento e abertura de espaço para novas IES com características de universidades, o governo federal fez reestruturas na URJ, transformando-a em Universidade do Brasil (UB), cujos principais objetivos eram a implantação de um padrão único nacional de ensino superior, orientador, inclusive, para a recém criada USP, e o controle da qualidade desse nível de ensino (PAULA, 2002). Segundo Oliveira (s.d.), nenhum curso de nível superior poderia existir no país se não

tivesse um modelo de correspondência na UB, além disso, os critérios de seleção passaram a ser bastante rigorosos, bem como os seus estudantes, os mais bem preparados da nação.

Mesmo com novos espaços e mais abertura no cenário nacional do ES, é possível perceber que existe um cunho elitista no formato que a Universidade foi tomando dentro do ES brasileiro. “Nascendo em uma sociedade segregada e dependente, a universidade manteve-se segregada em relação a sua população e dependente em relação aos objetivos internacionais, aos quais a minoria da população brasileira está integrada” (BUARQUE, 1994, p. 89).

Paralelamente a esse processo, as instituições privadas de ensino superior cresciam e tomavam um importante espaço no ES brasileiro. Em 1933, as IES privadas já correspondiam a cerca de 60% dos estabelecimentos de ensino e detinham, aproximadamente, 44% das matrículas (DURHAM, 2003). Esse é um movimento importante o qual manter-se-á e crescerá ao longo da história das IES no Brasil.

Em 1945, com a queda do presidente Getúlio Vargas, que governou durante o período da criação das primeiras universidades, foi iniciado um novo tempo de expansão e crescimento das IES. Até esse ano, haviam apenas 3 universidades públicas no Brasil, responsáveis por 21 mil vagas anuais de matrícula. Já no período entre 1946 e 1960, a expansão das IES resultou na criação de 18 universidades públicas e 10 particulares, aumentando conseqüentemente o número de vagas disponíveis para os brasileiros naquele momento (DURHAM, 2003).

Globalmente, o mundo vivia o final da Segunda Guerra Mundial e as pautas desenvolvimentistas passaram a ocupar um lugar de destaque nesse tempo de reestruturação das sociedades dos diversos países e das dinâmicas entre elas. A partir da influência dos Estados Unidos, as universidades na América Latina, entravam como peça chave no processo desenvolvimentista ao passo que suas estruturas fossem moldadas numa lógica tecnocrática a serviço do desenvolvimento (BUARQUE, 1994).

Simultaneamente, os movimentos reformistas também ensejaram uma busca, por parte de intelectuais e estudantes, para fazer das universidades espaços democráticos, de construção de ciência e tecnologia nacionais. Destacando-se, nesse contexto, as mobilizações estudantis, que agora já ocupavam um espaço importante na dinâmica das IES e, especialmente das universidades (BUARQUE, 1994; DURHAM, 2003).

Nesse período, se constrói um panorama no ES que convive, de maneira evidente, com aspectos históricos e tradicionais, com uma busca desenvolvimentista do capital e

ainda com os interesses ligados às massas, em algum grau. É nessa realidade que é sancionada, em 1961, pelo presidente João Goulart, a Lei nº 4.024, a qual fixa Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nela, é reservado um capítulo específico para tratar do Ensino Superior, cujo objetivo expresso no 66º artigo é a pesquisa, o desenvolvimento científico, das letras e artes, bem como a formação de profissionais de nível superior. Também já estava presente a possibilidade de realização de cursos de extensão pelas IES e reservava-se um capítulo específico para tratar, especificamente, das universidades.

É com a vigência da LDB de 1961 que se materializa, na recém formada Brasília, uma pioneira ideia universitária, a Universidade de Brasília (UnB). Com projeto encabeçado pelo antropólogo Darcy Ribeiro e recebendo significativas contribuições do educador Anísio Teixeira, a UnB foi projetada fisicamente pelo arquiteto Oscar Niemeyer e planejada para ser um espaço de formação de “[...] um aluno preparado para o desafio do desenvolvimento, mas cômico de seus compromissos sociais e das diversas áreas do pensamento” (BUARQUE, 1994 p. 55).

Não obstante, o projeto e experiência entusiastas duraram por pouco tempo nos moldes planejados, afinal, em 1964 inicia-se o período da ditadura civil-militar. Esse foi um tempo que não pôde apagar a força e energia dos movimentos estudantis, mas, foi palco de intensos e violentos embates entre grupos estudantis e o governo ditador.

Concomitantemente ao contexto repressivo, os governos ditatoriais foram responsáveis por reformas profundas e estruturais no sistema de educação superior brasileiro e até mesmo pelo enriquecimento das universidades federais, sem fazer com que esse enriquecimento chegasse a ser distribuído por diferentes camadas sociais. Mesmo assim as reformas educacionais para o ES foram fortemente influenciadas pelos modelos norte-americanos, mas ainda com a incorporação de reivindicações provenientes dos movimentos estudantis (DURHAM, 2003).

As reformas estruturais estadunidenses perduram, em grande parte, até os tempos atuais e trouxeram como principais características a substituição de cátedra por departamentos; quebra da autonomia das faculdades, reformulando em termos de Institutos Básicos, Faculdades ou Escolas, que ofereciam formação profissional; introdução do sistema de créditos; proposição do ciclo básico anterior a cursos mais específicos; espaço para representação estudantil e docente em diferentes instâncias de decisão interna; início embrionário da organização e incentivo à pesquisa; reestruturação da CAPES e do CNPq e busca por ampliação da pós-graduação; e incentivo de “Tempo Integral”, o qual remunera o servidor (docente) para um tempo dedicado à pesquisa

(DURHAM, 2003). Mesmo com toda essa reorganização no modo de se fazer universidade, não houve reforma nem flexibilização que estivessem mais atentas às reivindicações de base, e os currículos continuaram a ser definidos pelo Ministério da Educação.

Assim reestruturadas, apesar de terem tido um importante crescimento, jamais visto até então, as universidades tornaram-se instituições de alto custo e mantiveram sua riqueza concentrada em camadas restritas da população, as quais, apesar de avolumadas em função do crescimento econômico, mantinham-se com a chave de acesso às zonas da elite intelectual brasileira (DURHAM, 2003; BUARQUE, 1994). No início dos anos 1980, anos finais da ditadura, por exemplo, a taxa de escolarização bruta do *ensino médio* chegava a pouco mais de 30% da população.

Num processo complementar, as IES particulares também se viam num crescimento exponencial, ocupando cada vez mais espaço nesse nível educacional. Especialmente no tocante à criação de escolas isoladas, as IES privadas começaram a ofertar cursos de baixo custo para a população e até mesmo no turno noturno, que permite a participação do público trabalhador com maior facilidade, além de menores exigências acadêmicas (DURHAM, 2003).

Próximo do fim do regime ditatorial civil-militar, o ES brasileiro tinha experimentado algo nunca visto no século XX, um crescimento aproximado de 140%. Apenas no início do século XXI, o Brasil vivencia novamente tamanha expansão, mas com características bem distintas e, dessa vez, abrindo um espaço maior para entrada de diferentes camadas da população no ES e, inclusive, nas universidades.

Com o contexto do fim da ditadura, redemocratização do país, a crise econômica e inflacionária, bem como o término da guerra fria e o surgimento de uma nova ordem mundial estreitamente ligada aos ideais neoliberais, apontava-se, na perspectiva dos países que ocupavam as lideranças econômicas mundiais, a necessidade de significativas reformas na América Latina, dentre elas, aquelas ligadas à educação (SAVIANI, 2018).

Essas orientações globais chegam em terras brasileiras, moldam-se na esperada concepção de um Estado mínimo e vestem uma roupagem de uma educação neoconservadora (SAVIANI, 2018), que traz importantes mudanças educacionais ao fim do século XX.

Segundo Durham (2003) e Saviani (2018), nesse período há um foco maior no crescimento da Educação Básica, bem como previstos os direcionamentos globais. O crescimento do número de concluintes no Ensino Médio, todavia, não resultou num

crescimento proporcional de vagas nas universidades, chegando a terem uma queda em relação aos anos anteriores. Apesar disso, a expansão das IES privadas é significativa ao fim do século, ocupando mais de 50% do cenário do ES nacional (DURHAM, 2003).

Na construção das estruturas neoliberais para a educação, especialmente no ES, os autores ainda ressaltam que um importante movimento feito pelo Estado é o de desresponsabilização e controle. Ou seja, ao passo que delegam responsabilidades às instituições, o governo também estabelece sistemas muito bem estruturados de avaliação e controle, os quais conduzem as ações das IES em suas práticas cotidianas.

Ainda assim, o fim do século XX também é marcado por significativos avanços no tocante à participação popular nos rumos da educação brasileira. Depois de mais de 20 anos de ditadura, organiza-se a Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) em 1981 e em 1988 é promulgada a nova Constituição Federal. Nela, a participação popular foi singular e já expressava desejos de avanços práticos e substanciais para as IES, desde o ensino noturno e o incentivo aos três pilares de ensino, pesquisa e extensão (DURHAM, 2003).

Também é nesse contexto político que é sancionada a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a qual estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional. A nova LDB, além de trazer aspectos importantes sobre a gestão democrática das instituições educacionais, faz ainda uma relevante ampliação na concepção de finalidade da educação superior, incluindo nesta o estímulo à criação cultural e desenvolvimento científico e tecnológico; formação de profissionais especializados, especialmente aqueles que atuarão na educação básica; a promoção da extensão aberta à participação da comunidade.

Dessa forma, o contexto e as tensões do final do século XX forjaram o panorama para as transformações que vieram a acontecer nas duas primeiras décadas do século XXI. Uma nova expansão do ES, em paralelo com a inserção de novos públicos dentro das universidades, tais como os estudantes, professores e demais funcionários que ocuparam vagas destinadas às cotas de negros, indígenas e pessoas com deficiência.

Esses avanços caminharam lado a lado com inércias, como o amplo espaço dado às IES particulares, que não apenas ocuparam mais da metade das ofertas de cursos de nível superior no país, mas também foram as instituições receptoras de mais da metade das verbas de subsídio do governo federal para o ES.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre avanços, inércias, imposições e ousadias, o ES brasileiro vem construindo a sua trajetória compartilhando o seu espaço com a história de um povo marcado pela colonização e suas desigualdades. Implantado, inicialmente, para servir às necessidades da corte portuguesa, o ES, depois que autorizado pelo Estado, foi construindo seu próprio caminho.

“Autonomia plena” não foi a tônica desse processo, mas a busca pela construção de possibilidades, de independência e de uma identidade própria marcou a relação entre aqueles que se interessavam pelas IES e faziam parte delas e o governo que as tutelava.

Durante o Brasil República, o ES experimentou a sua primeira expansão, contando com expressiva participação de IES privadas, as quais, de forma paralela às instituições públicas, construíram o corpo e a dinâmica do ES no país.

Já durante a primeira metade do século XX, as iniciativas autônomas, ainda que vinculadas aos governos, propuseram novas formas de estruturação do ES no Brasil. Um exemplo dessas iniciativas foi a criação da Universidade do Paraná, que apesar de ter sido logo embargada, foi uma experiência provocadora para a construção da primeira Universidade pública brasileira, no Rio de Janeiro, em 1920. Já na segunda metade do século XX, a experiência da UnB foi um marco importante para a história das IES brasileiras. Conectada a um movimento latino-americano de reestruturação das IES a fim de alinhar as necessidades do desenvolvimento econômico com o compromisso social, a UnB tentou propor uma nova maneira de vivenciar as Universidades no Brasil.

Entretanto, a presença das ditaduras impediu que as transformações fossem por esse caminho. Em seu lugar, outras importantes transformações estruturais aconteceram no período da ditadura civil-militar, como a organização de componentes por créditos, a divisão de setores em departamentos e a estruturação da carreira docente cuja remuneração incluía o trabalho para o ensino, a pesquisa e dedicação exclusiva.

Nesse mesmo período, os embates do governo com o movimento estudantil era ainda reflexo dessa busca por identidade e liberdade nos espaços do ES. E é logo após o fim do período ditatorial que algumas importantes transformações são estabelecidas em diálogo com a participação popular, como a própria LDB, que amplia a ideia de ES; a definição dos pilares do Ensino, Pesquisa e Extensão para a sustentação do funcionamento das Universidades; a criação de associações reconhecidas de professores do ES; e, especialmente, já agora no início do século XXI, o surgimento das cotas para os públicos de pessoas negras, indígenas e com deficiência.

São nos avanços, nas estagnações e contradições que o ES brasileiro vai se estruturando ao longo da história. Apesar da primeira Universidade pública brasileira ter sido fundada no dia da independência do país, a independência é ainda um grande espaço de contradição no ES do Brasil. Jamais desvinculada de seu passado, a educação no ES brasileiro buscou, ao longo da sua história, construir a sua própria identidade. Agora, no tempo em que grupos historicamente excluídos passam a compor o contingente daqueles que passam pelo ES, algumas outras independências parem estar mais próximas.

REFERÊNCIAS

BARBALHO, Maria Goretti Cabral; CASTRO, Alda Maria Duarte /Araújo. Globalização e educação superior: discutindo tendências de internacionalização. In: CABRAL NETO, Antônio; REBELO, Maria da Piedade Pessoa Vaz (Org.). **O ensino superior no Brasil e em Portugal: perspectivas políticas e pedagógicas**. Natal: Edufrn - Editora da UFRN, 2010. p. 47-72.

BUARQUE, Cristovam. **A aventura da universidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

DURHAM, Eunice R. O ensino superior no Brasil: público e privado. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo - USP, 2003.

GLASER, Niroá Zuleika Rotta Ribeiro. Educação na história da UFPR: apontamentos para uma minuta cronológica. **Educar em Revista**, [S.L.], n. 7, p. 13-58, dez. 1988. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.078>.

NAGEL, L. H. A educação na colônia no discurso dos jesuítas: uma perspectiva retrógrada ou adequada aos novos tempos?. **Revista Educação em Questão**, [S. l.], v. 36, n. 22, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/3972>. Acesso em: 21 jan. 2023.

NOVAES, Marcos Adriano Barbosa de; MEDEIROS, Jarles Lopes de; SILVA, Ana Maria Oliveira. O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL (1500-1996). **Revista Eletrônica Arma da Crítica**, Fortaleza, n. 10, p. 88-105, out. 2018.

OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de. **Uma breve história da UFRJ**. S.D. Disponível em: <https://ufrj.br/aceso-a-informacao/institucional/historia/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

PAULA, Maria de Fátima C. USP e UFRJ. A influência das concepções alemã e francesa em suas fundações. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 14(2): 147-161, outubro de 2002.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional no Brasil após a Ditadura Militar. **Revista Histedbr On-Line**, [S.L.], v. 18, n. 2, p. 291-304, 29 jun. 2018. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/rho.v18i2.8652795>.